

O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO E EXECUÇÃO DO PROMETRÓPOLE EM RECIFE E OLINDA (PE)

THE PROCESS OF IMPLEMENTATION AND ENFORCEMENT IN THE PROMETRÓPOLE RECIFE AND OLINDA (PE)

Roberto Silva de Souza; Hernani Loebler Campos

¹Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO/UFPE).

²Professor Adjunto do Departamento de Ciências Geográficas da UFPE.

Artigo recebido em 08/11/2010 e aceito em 02/12/2010

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar o processo de implantação do Programa de Infra-Estrutura em Áreas de Baixa Renda da Região Metropolitana do Recife – PROMETRÓPOLE, nos limites territoriais do Recife e de Olinda, inseridos na bacia hidrográfica do rio Beberibe. Neste texto, são tratados o sistema de gerenciamento do Programa em questão, bem como o andamento das suas obras, notadamente, no baixo e no médio cursos do rio Beberibe.

ABSTRACT

The aim of this article is to introduce the process of implantation of the Infrastructure Program in Low Income Areas of the Metropolitan Region of Recife – PROMETRÓPOLE, within the territorial limits of Recife and Olinda which are inserted in the hydrographic basin of the Beberibe River. In the present paper, the management system of the mentioned program as well as its ongoing work are dealt with, particularly regarding the low and medium courses of the Beberibe River.

INTRODUÇÃO

O Programa de Infra-Estrutura em Áreas de Baixa Renda da Região Metropolitana do Recife (PROMETRÓPOLE) envolve porções dos territórios político administrativos de Recife e Olinda, inseridas nos limites da bacia do Rio Beberibe.

Historicamente, o processo de ocupação da bacia em questão remonta ao século XVI, quando da chegada dos portugueses, durante o início do processo de colonização. A instalação da vila de Olinda, próxima ao curso do rio Beberibe, permitiu inicialmente que se instalassem engenhos, como o Nossa Senhora da Ajuda (1542), e, até mesmo de sítios localizados em suas margens.

A obra de Araújo (2007) sugere que, em meados do século XIX, aterros e estreitamentos foram realizados sobre o rio Beberibe, “conforme as conveniências dos proprietários particulares dos terrenos, sem levar em conta os interesses públicos.” (p.197). Também, ao que parece, no mesmo período, “as cercanias da cidade de Olinda, ao longo das margens do rio Beberibe, eram pontilhadas de casas de campo.” (p.233).

Com o passar dos séculos, a evolução do espaço urbano do Recife permitiu que sua expansão física se estendesse sobre o território de Olinda e, nesse processo de metropolização, foi se constituindo uma das porções da aglomeração metropolitana.

Acerca da expansão urbana na bacia do Beberibe, Campos (2003) enfatiza que o estilo da urbanização se configurou, tanto pela ocupação de áreas que detinham melhores condições de edificação e que não necessitavam de vultosos investimentos, no tocante à engenharia ambiental, como por outras que não os exigiam mais intensamente, tais como as planícies de inundação, manguezais estuarinos etc. Enquanto as primeiras foram apropriadas por pessoas abastadas; as segundas, ficaram à mercê dos segmentos sociais pobres.

Esse incremento populacional na bacia do Beberibe reporta-se à expansão urbana que promoveu, aí, o surgimento de problemas sócio-ambientais, compreendida, conforme Campos (2003), no período de 1930 a 1970, no contexto do processo de metropolização.

Melo (1978), ao tratar sobre “a metropolização espacial”, comenta que no período de 1960 a 1970 o quantitativo demográfico da área metropolitana havia crescido mais do que o Recife. O autor aponta que, neste caso, dava-se um transbordamento do espaço urbano do Recife sobre outros municípios vizinhos e, também, que as áreas dos “nódulos periféricos” estavam sendo ampliadas pela ocupação urbana.

No caso de Olinda, Andrade (1979) analisando a “problemática atual” do Grande Recife, destaca que a cidade apresentava várias formas de ocupação. Segundo o autor, além das áreas ao norte,

“...ao Oeste e Sudeste de Olinda, aparecem os bairros proletários, habitados por pessoas de baixa renda...” (p.103).

É a partir da constituição dessa aglomeração metropolitana e, mais especificamente, da ocupação característica da bacia do Beberibe, com todas as suas implicações, que surge a proposta do Prometrópole. O projeto nasceu na esfera estadual, tornando-se, logo após, uma parceria que envolveu o Banco Mundial (BIRD) e as Prefeituras dos municípios do Recife e de Olinda, objetivando reordenar a ocupação urbana na referida bacia hidrográfica.

Neste artigo objetiva-se expor o processo de implantação do Prometrópole, bem como o do encaminhamento de sua execução até os dias atuais, nos limites territoriais do Recife e de Olinda, inseridos na bacia do Beberibe.

Primeiramente, aborda-se o processo de implantação do Prometrópole, conforme enfatizado em Campos (2003). Logo após, são destacados os conteúdos de algumas manchetes do Jornal do Commercio, publicadas no período compreendido entre 2003 a 2007, com a finalidade de se tomar conhecimento dos eventos aí ocorridos em torno do programa. Finalmente, mostra-se a situação atual do Prometrópole, conforme visita de campo, realizada em meados de 2008, em Unidades de Esgotamento (UEs) localizadas no Recife e em Olinda.

O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO PROMETRÓPOLE

De acordo com Campos (2003), o Prometrópole surge contextualizado em uma ação do Governo de Pernambuco, desde 1992, com pretensões de dar prioridade à minimização das desigualdades vivenciadas na área metropolitana do Recife, em torno das bacias hidrográficas aí localizadas. Deste modo, esse projeto derivou do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano (PEDU/PE) e do Projeto de Qualidade das Águas e Controle da Poluição Hídrica (PQA/PE).

Para a efetivação desse processo, a então Fundação para o Desenvolvimento Municipal (FIDEM), no mês de maio de 2000, tornou a formular a Carta Consulta alusiva ao PEDU/PE, que havia sido aprovada em agosto de 1992, sendo agora denominada de Prometrópole.

O objetivo principal do Programa era a promoção da melhoria da qualidade de vida dos habitantes da RMR, principalmente aqueles inseridos nas camadas mais pobres. Para

reduzir essas desigualdades, dever-se-ia implementar no espaço urbano ações integradas de infraestrutura, prover serviços públicos e o acesso à terra. Ainda, era pretendida a melhoria das condições ambientais da RMR; o envolvimento da população beneficiada nos processos de gerenciamento, implantação, operação e manutenção das infraestruturas; a regularização e legalização da cidade informal; e a produção de conhecimentos de gestão metropolitana.

Para a implantação do Prometrópole, a bacia escolhida foi a do rio Beberibe. Justificava-se tal escolha considerando-se que a bacia em questão apresentava uma elevada concentração de aglomerações urbanas, predominantemente de baixa renda, sobretudo nos morros e na planície estuarina, ao longo dos cursos d'água.

Na FIDEM previa-se três linhas de atuação, a fim de perseguir o objeto central do Prometrópole: a implantação de infra-estrutura em áreas pobres pré-selecionadas; o desenvolvimento institucional dos agentes envolvidos; e, a elaboração de um estudo que firmasse um marco referencial, a fim de estabelecer uma estratégia de combate ao problema, sempre presente, da provisão de infra-estrutura em áreas da RMR nas quais essas populações estão assentadas.

O Prometrópole seria implementado através de um conjunto de ações agrupadas em três componentes: I) InfraEstrutura em Áreas de Baixa Renda (abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo, drenagem, arruamento, pavimentação etc.); II) InfraEstrutura Metropolitana Complementar (estações de tratamento de esgoto, aterros sanitários, equipamentos sociais etc.); e, III) Estudos e Desenvolvimento Institucional e Comunitário (melhoramento da capacidade das instituições públicas e das organizações comunitárias, para implementar ações integradas de infra-estrutura urbana e prover os serviços públicos nas áreas de baixa renda).

A implementação do Prometrópole dar-se-ia num período de 5 anos, dividido em duas fases distintas: o primeiro momento duraria três anos e seria concluído com a concretização das atividades de planejamento para todas as áreas que lhe compunham; o segundo, seria, fundamentalmente, representado pela execução, que deveria durar dois anos, com o qual se iniciariam as experiências do “pós-obra” e a formatação do Prometrópole II.

No ano 2000, a FIDEM elaborou um documento, que integrava o Prometrópole, conhecido como Plano Estruturador da Bacia do Beberibe. O BIRD o indicou “como estratégia de espacialização das ações programadas para reverter a situação de pobreza na RMR, buscando ainda suprir áreas críticas com uma infra-estrutura adequada, principalmente no que tange ao esgotamento sanitário e à urbanização de áreas de baixa renda” (CAMPOS, 2003, p. 199).

No início do século XX, na FIDEM apresentou-se o Plano de Reabilitação Urbana e Ambiental da Bacia do Beberibe, no qual se buscava identificar, bem como dimensionar “as intervenções urbanísticas de cunho predominantemente sociais, visando concretizar soluções para as deficiências apontadas e orientações no Plano Estruturador para a Bacia do Beberibe elaborado em 2000.” (FIDEM, 2001, p.12).

Com a implantação do Prometrópole pretendia-se, também, realizar o pagamento do saldo de uma dívida social acumulada e, assim, promover uma porção da área central da RMR, ocupada, em grande parte, espontaneamente, integrando-a física e socialmente. Portanto, a FIDEM considerava que o Programa de Reabilitação Urbana e Ambiental da Bacia do Beberibe era um plano de investimentos a médio e longo prazos. Nesse período, previa-se o envolvimento de esferas das administrações em nível municipal como as de Recife, Olinda e Camaragibe, bem como a Estadual e Federal, as comunidades envolvidas e o setor privado. Assim, cogitava-se que o Programa exigiria recursos públicos da ordem de R\$ 899,2 milhões e um compromisso político que transcenderia vários mandatos.

Dessa forma, os investimentos aplicados e os projetos desenvolvidos na bacia do Beberibe deveriam permitir a essa área do espaço metropolitano elevar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), melhorando os indicadores de longevidade, educação, infância, renda e habitação.

As propostas se estruturariam segundo três campos estratégicos de condução ao desenvolvimento sustentável da bacia: qualidade do habitat, desenvolvimento socioeconômico e gestão ambiental.

A estratégia de implantação das ações para a reabilitação urbana e ambiental da bacia do Beberibe centrava-se nas ações de urbanização local, que determinariam o desenvolvimento das diversas ações setoriais, nos âmbitos supra-locais e metropolitanos.

O Prometrópole representava o início do processo de implantação de ações de infraestruturas locais, urbanização de UEs e definia as primeiras áreas de intervenção.

O processo de urbanização local seguiria a seguinte estratégia de implementação: atender, inicialmente, as UEs situadas nas margens dos rios Morno e Beberibe, no Recife e em Olinda, de montante para jusante, acelerando a despoluição dos mesmos; após a urbanização das áreas marginais aos rios, obras de esgotamento sanitário seriam implantadas e a complementação da urbanização das UEs localizadas nos morros da zona norte do Recife; as obras de melhorias na urbanização e na infraestrutura deveriam ser realizadas integradas às ações de desenvolvimento comunitário, sempre que possível otimizando a utilização de escritórios locais então em funcionamento; os delegados dos orçamentos participativos

municipais definiriam as UEs a serem trabalhadas e dentro delas as sub-áreas prioritárias, preservando aspectos técnicos e uma estratégia de execução que otimizasse os recursos investidos.

Na FIDEM, considerava-se que para implantar as ações propostas no Programa de Reabilitação Urbana e Ambiental na bacia, seria relevante criar o Comitê da Bacia do Beberibe (COBH Beberibe), conforme previsto na Lei Federal 9.433/97 e na Lei Estadual 11.426/97. O Comitê seria a instância mais adequada para conduzir as ações propostas no Programa.

Sendo o COBH Beberibe uma instância de caráter político, seria necessária a instalação de uma Unidade Gestora (UG), com estrutura administrativa e financeira própria como, também, uma Instância Diretiva, representada por um Diretório de Gestão da Bacia, formada pelas Prefeituras envolvidas e por membros do Governo do Estado.

Prevvia-se que a UG da Bacia do Beberibe ficaria responsável pela coordenação do planejamento e execução das ações de reabilitação da bacia através da Unidade de Gestão do Programa (UGP), por um período de 10 a 15 anos, aproximadamente.

Para a FIDEM, algumas ações das Prefeituras envolvidas poderiam ser consorciadas com o apoio do Estado, trazendo uma série de vantagens. A estrutura de gestão proposta deveria ser implantada de forma gradativa e testada nos primeiros anos de implantação do Prometrópole. No entanto, o Comitê da Bacia poderia ser instalado imediatamente dando início à concretização do programa de investimentos.

De acordo com Campos (2003), identificou-se que, quanto ao modelo de Gerenciamento de Bacia Hidrográfica, a proposta do Prometrópole inseria-se no modelo Sistêmico de integração participativa. Neste modelo, são adotados três instrumentos: o planejamento estratégico por bacia hidrográfica; a tomada de decisão através de deliberações multilaterais e descentralizadas; e o estabelecimento de instrumentos legais e financeiros.

A reabilitação urbana e ambiental da bacia do Beberibe deveria adotar padrões de atendimento viáveis, ou seja, soluções que estivessem em consonância com a realidade econômica e social da bacia em questão. Outro fator limitante que deveria ser levado em consideração, no que consistia à transformação do ambiente na bacia do Beberibe, seria a capacidade de pagamento e de endividamento das administrações públicas envolvidas.

O PROMETRÓPOLE EM MANCHETE: O CONTEÚDO DE ARTIGOS PUBLICADOS NO JORNAL DO COMMERCIO NO PERÍODO DE 2003 A 2007

Como em quase todas as ações do governo, a imprensa local forneceu as primeiras notícias acerca do desenrolar do processo de implantação do Prometrópole. Assim, pôde-se acompanhar parte dessa trajetória evidenciada pelas matérias publicadas no Jornal do Commercio.

Deste modo, em abril de 2003, no referido periódico, abordou-se o detalhamento do Projeto, apontando-se os custos, as ações previstas e o quantitativo da população, ou seja, cerca de 154 mil habitantes, que seriam atendidos: 110 mil no Recife e 44 mil em Olinda. Além disso, observou-se que seriam abrangidas: 13 micro-bacias hidrográficas entre Recife e Olinda, contemplando os rios Beberibe e o Morno; 8 áreas no Recife localizadas nos bairros de Campo Grande, Arruda, Campina do Barreto, Porto da Madeira, Ponto de Parada, Fundão, Linha do Tiro, Dois Unidos e Beberibe; e 5 áreas em Olinda, nos bairros de Caixa D'Água, Passarinho, Peixinhos e Varadouro (PROMETRÓPOLE, 2003).

Na metade do segundo semestre de 2003, em outra matéria, frisou-se que o Projeto seria lançado no dia 15 de setembro daquele ano, no Matadouro de Peixinhos. Destacava-se, ainda, “a implantação de um parque ecológico, às margens do Rio Beberibe, e a transformação do antigo Matadouro de Peixinhos num centro cultural e tecnológico, que se chamará Nascedouro. Contenção de encostas, educação ambiental, regularização fundiária e microcrédito para melhoria ambiental...” (PROGRAMA, 2003).

No final de 2005, no citado periódico, ao se tratar informações sobre a ação do projeto no bairro de Campo Grande, enfatizou-se que, segundo a coordenadora estadual do Prometrópole, Sr^a. Bárbara Kreuzig, as famílias seriam “reassentadas perto das áreas onde moram, para preservar relações econômicas (trabalho) e sociais (vizinhança) estabelecidas.” (CAMPOS, 2005). Com o reassentamento dessas famílias (cerca de 600), provenientes das margens do Canal do Arruda, seria possível prolongar a Av. Dr. José Augusto dos Anjos até a Avenida Correia de Brito.

Porém, quase um ano após a publicação da matéria acima referida, no Jornal do Commercio destacou-se: “Prometrópole emperra na burocracia” (ALVES, 2006). No artigo denunciava-se que apenas uma obra – a do antigo Matadouro de Peixinhos – tinha sido efetivada desde o momento em que foi lançado, em 2003. E mais: o que havia sido previsto para ser executado estava, agora, reduzido à metade. Segundo a autora do artigo, o Prometrópole continuava “invisível para milhares de habitantes que vivem precariamente ao

longo da Bacia do Rio Beberibe.” A burocracia e a desvalorização do dólar com relação à moeda brasileira: em 2003, a moeda americana valia R\$ 3,82; em novembro de 2006, R\$ 2,13 foram apontadas à época como causas para tal situação.

Assim, as Prefeituras do Recife e Olinda deveriam “redirecionar os investimentos”, comentou-se no artigo. A Prefeitura de Olinda, que previa a melhoria das condições de vida em mais de 100 hectares do bairro de Caixa D’Água e no Córrego do Abacaxi, redirecionou sua ação para apenas 20% desse território. Segundo a matéria, o então coordenador do Prometrópole em Olinda, Sr. Enison Hipólito Rocha, comentou que era “preciso ser realista e fazer 100% das obras numa área menor”. Ainda, declarou o referido coordenador, que nas áreas V8 e V9, localizadas no bairro do Varadouro, seriam as únicas a receberem os investimentos de forma integral. Em janeiro de 2007, estava previsto que a Prefeitura de Olinda licitaria o montante da obra que seria executada com os recursos advindos do BIRD, ou seja, R\$ 8,5 milhões de reais.

No caso do município de Recife, ainda segundo Alves (2006), seria adotado o mesmo procedimento estabelecido no de Olinda. O Sr. Marcus Tullius Bandeira de Menezes, presidente da Autarquia de Saneamento (Sanear), declarou para a autora do artigo que “com os recursos do Prometrópole faremos apenas as prioridades”. Ele enfatizou que a primeira obra na cidade, com os recursos do Prometrópole, seria no Canal Jacarezinho, em Campina do Barreto: retificação do trecho do canal entre a Rua das Moças e o Canal Vasco da Gama-Peixinhos; retirada de palafitas e casas de madeira das margens; construção de 498 moradias; abertura de duas vias margeando o canal; calçadas; pavimentação e desobstrução de ruas; e, ligação das casas à rede de esgoto.

Até o momento da citada matéria, as famílias moradoras de imóveis na Estrada do Passarinho, em Olinda, não haviam recebido a indenização, quando da decretação da utilidade pública dos mesmos. Segundo Bárbara Kreuzig, o atraso se devia ao Projeto que precisou ser refeito.

Dez dias após, ou seja, em 29 de novembro de 2006, no Jornal do Commercio publicou-se: “Prometrópole na UTI”, apontando-se que “Um programa grandioso para a construção de equipamentos urbanos está quase paralisado” (PROMETRÓPOLE, 2006a). Para o editorial, este resultado permitia que se vislumbrasse “uma boa idéia governamental morrendo de inanição” e afirmava-se que o Prometrópole era “uma grande intervenção, mais do que necessária.” Mais uma vez tem-se acesso às considerações da coordenadora estadual do Prometrópole quando registra que “o excesso de burocracia é uma característica inerente a programas dessa natureza, previstos para contar com recursos internacionais.” Na matéria

destacou-se que o prazo de concretização das obras previstas no Programa era setembro de 2008.

Em outra matéria salienta-se que “Prometrópole chega com atraso de 3 anos a Olinda” e denuncia-se que as obras da Estrada do Passarinho, previstas para outubro de 2003, seriam iniciadas somente em dezembro de 2006, tendo-se como prazo de execução, apenas um ano. Fazia-se também referência ao valor da obra, orçado em R\$ 9,8 milhões de reais, suficientes para a implantação do conjunto habitacional de 39 moradias e a pavimentação e drenagem da referida via (PROMETRÓPOLE, 2006b).

Com a posse do Governador Eduardo Campos, é solicitado na Prefeitura do Recife apoio para a realização do Prometrópole (PCR, 2007). Nesta matéria, destaca-se a ação do então Prefeito João Paulo em apresentar um pacote de obras a serem realizadas juntamente com o Governo de Pernambuco, objetivando destravar o Programa. Nesse encontro, foi definida uma agenda de reuniões entre os técnicos da Prefeitura e do Governo, a fim de discutirem assuntos prioritários no tocante à urbanização, por exemplo.

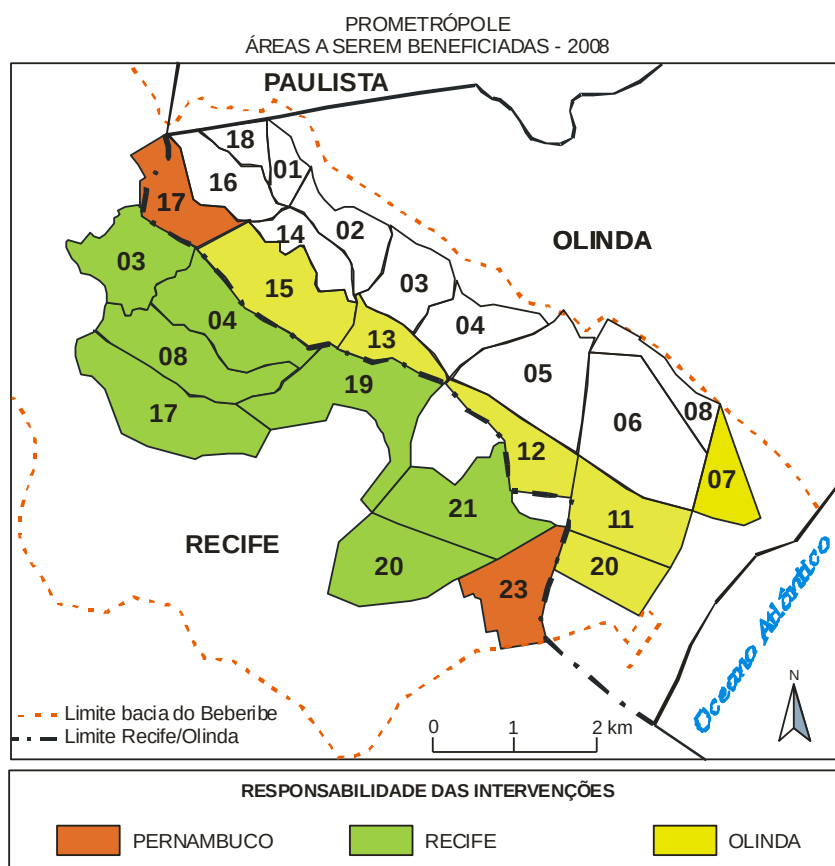
Em outra matéria enfocando o bairro de Campo Grande, no contexto do Prometrópole, ressaltou-se que uma ordem de serviço seria assinada e envolveria R\$ 24,5 milhões de reais para a construção de casas, obras de saneamento e prolongamento de vias (CAMPOS, 2007). No artigo foi denunciado o atraso de quatro anos para a requalificação urbana das comunidades de Saramandaia e Capilé. Haveria a construção de dois conjuntos habitacionais que seriam erguidos em terreno doado pela União ao Estado. Nesse processo, à Av. Professor José dos Anjos seria acrescentado cerca de 1,2 km de extensão. Na matéria ainda ressaltou-se que a Secretaria de Planejamento pretendia buscar outros financiamentos, na esfera Federal, a fim de superar as dificuldades advindas da desvalorização do dólar. A Secretaria comunicou ao jornal que gostaria de realizar o projeto como havia sido planejado. Para tanto, gostaria de captar recursos do Ministério das Cidades ou, ainda, encaixar projetos no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). Ainda de acordo com essa edição, a Prefeitura do Recife havia comunicado que iria transferir 337 famílias do Canal Jacarezinho.

Enfim, em setembro de 2007, anunciou-se que projetos do Prometrópole seriam licitados. Segundo a matéria, a “Prefeitura do Recife convoca empresas para as obras de construção de pista marginal do Canal Arruda-Vasco da Gama e de esgotamento sanitários” (PROJETOS, 2007). Para desobstruir somente a margem esquerda do canal, sentido Recife/Olinda (trecho novo), seria necessária a remoção de 450 famílias, destacou-se no artigo. O Sr. Marcus Tullius informou ao jornal que em outubro daquele ano seria realizada outra licitação com os recursos do PAC, no atendimento ao trecho antigo do canal.

A SITUAÇÃO ATUAL DO PROMETRÓPOLE

Nos dias atuais, o Prometrópole continua sendo executado pela Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas: CONDEPE/FIDEM – vinculada à Secretaria de Planejamento e Gestão –, em cooperação com a Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA) e apenas com as Prefeituras do Recife e Olinda, pois a de Camaragibe não prosseguiu inserida no processo.

O programa Prometrópole, que deverá beneficiar 35.000 famílias (cerca de 154.000 pessoas), tem como unidade de intervenção básica a Unidade de Esgotamento (UE). Esta é “uma área contínua formando uma única sub-bacia de coleta de esgotos e de drenagem, permitindo soluções lógicas e integradas do ponto de vista da infra-estrutura urbana e de melhorias ambientais potencializáveis.” (CONDEPE/FIDEM, 2008). No mapa abaixo se mostra a localização das UEs nos territórios de Olinda, portanto áreas a serem beneficiadas.

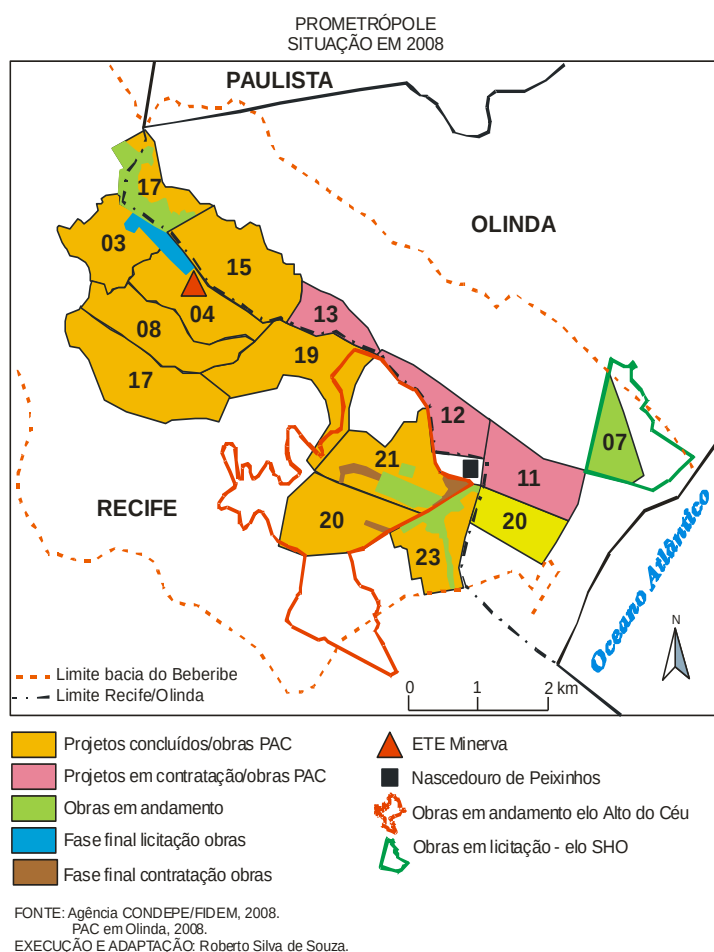


FONTE: Agência CONDEPE/FIDEM, 2008.
PAC em Olinda, 2008.
EXECUÇÃO E ADAPTAÇÃO: Roberto Silva de Souza.

No mapa abaixo mostra-se a situação das obras na primeira metade do ano de 2008.

Embora tenha iniciado com atraso, está previsto que o Prometrópole tem um prazo de cinco anos para sua execução. Seu custo está orçado em cerca de US\$ 86,2 milhões: US\$ 46 milhões provenientes do BIRD e US\$ 40,2 milhões do Estado e das Prefeituras.

No momento, foram estabelecidos 5 componentes do programa: **A)** Infraestrutura Supra Local na Bacia do Beberibe (Reabilitação do Matadouro de Peixinhos, melhorias de vias locais integrando-as à malha viária da RMR e da Av. Presidente Kennedy, melhoria no sistema de macro drenagem para reduzir risco de inundações e melhoria do sistema de tratamento de esgotos para a ETE – Peixinhos); **B)** Setorização da Distribuição da Água (melhoria da distribuição da água e recuperação física da rede de tubulações); **C)** Infraestrutura Local em Áreas de Baixa Renda (Urbanização das 15 UEs); **D)** Ações Complementares à Urbanização (planos de urbanização e de investimentos, projetos de arquitetura e engenharia, ações de participação comunitária e educação ambiental); e, **E)** Sistema de Gerenciamento do Programa e Desenvolvimento Institucional (contratação de empresas de consultoria para apoiar a Agência CONDEPE/FIDEM e os Municípios envolvidos).



O Sistema de Gerenciamento do Prometrópole estrutura-se em 03 níveis:

I) Nível Decisório: constituído por um Conselho Diretor formado pelos Secretários Estaduais e Prefeitos dos municípios;

II) Nível Gerencial: constituído por uma Unidade de Gestão do Programa – formada por representantes técnicos de todas as instituições e entidades envolvidas e coordenada pela Agência CONDEPE/FIDEM;

III) Nível Executivo: constituído por Unidades de Execução Estaduais e Municipais, implantadas em cada uma das entidades responsáveis pela execução das ações componentes do Programa.

No tocante à participação dos beneficiários, a Agência CONDEPE/FIDEM ainda preconiza que o planejamento e a implementação do Prometrópole baseiam-se na participação ativa da população pobre a ser beneficiada. Segundo a Agência em questão, as intervenções dos setores público, privado e não-governamental são direcionadas de forma a possibilitar um novo relacionamento participativo e *demand driven* [efetuadas só quando estritamente necessário] com a população-alvo, base de uma política metropolitana de combate à pobreza urbana.

Para dar início à fase piloto do Prometrópole, foram selecionadas as localidades de Campo Grande (Recife) e Passarinho (Olinda), sob a responsabilidade do Governo do Estado. As outras UEs, conforme suas localizações, seriam de responsabilidade de Recife ou de Olinda.

A UE 23, correspondente ao bairro de Campo Grande, localiza-se na zona Norte do Recife, na planície do Beberibe e possui uma área com cerca de 86 hectares. Segundo a Agência CONDEPE/FIDEM (2008), na comunidade do Capilé as casas já estavam ganhando cobertura. Quanto ao esgotamento sanitário e a drenagem, mais de 70% dos trabalhos se encontravam finalizados. A iluminação pública no conjunto habitacional, também havia sido iniciada. Deste modo, o processo de entrega das casas estava previsto para o final de maio daquele ano.

Em Passarinho (Olinda), a área de intervenção se localiza na margem esquerda do Beberibe, compreendendo a Estrada do Passarinho e seu entorno. A UE 17, segundo a Agência, é carente em infra-estrutura urbana e, conseqüentemente, a população local sofre com uma prestação precária de serviços públicos, principalmente quanto ao saneamento e a pavimentação.

UE 23 - CAMPO GRANDE
VISITA TÉCNICA DO BIRD NO CAPILÉ



FONTE: Agência CONDEPE/FIDEM, março/2008.

UE 17 - PASSARINHO (OLINDA)
FUTURO TERMINAL DE ÔNIBUS



Foto de Roberto Silva de Souza, de 25/05/2008.

UE 17 - PASSARINHO (OLINDA)
ESTRADA DO PASSARINHO



Foto de Roberto Silva de Souza, de 25/05/2008.

Conforme se pôde verificar em um trabalho de campo, realizado em 25/05/2008, além da entrega de algumas casas, estavam sendo executados os serviços de terraplenagem e pavimentação da Estrada de Passarinho. Constatou-se, também, a pavimentação da Rua São José, bem como o andamento de obras realizadas na construção do terminal de ônibus, com conclusão prevista para agosto/2008. Aspectos da estrada e da construção do terminal podem ser observados nas fotos acima.

O bairro de Dois Unidos, no Recife, conforme visto no mapa da página 9, comporta as UEs 03 (Dois Unidos), 04 (Córrego do Morcego) e 05 (Alto do Capitão). A Unidade Técnica (UT/PROMETRÓPOLE) desenvolve estudos de localização de Estações de Tratamento de Esgoto Descentralizadas - ETEs, para várias UEs, inclusive a UE 4. Nela, localiza-se a ETE Minerva. A Foto abaixo mostra a construção do primeiro tanque (de um total de seis) de tratamento de esgoto, na área da antiga Fábrica da Minerva.

ETE MINERVA - DOIS UNIDOS
CONSTRUÇÃO DO PRIMEIRO TANQUE



Foto de Roberto Silva de Souza, de 25/05/2008.

No bairro de Campina do Barreto, a comunidade do Jacarezinho recebeu 265 unidades habitacionais, em abril de 2008. O investimento total na obra foi de R\$ 21.408.716 com recursos do BIRD, Governo do Estado e Prefeitura do Recife.

UE 21 - CAMPINA DO BARRETO
HABITAÇÕES DA COMUNIDADE JACAREZINHO

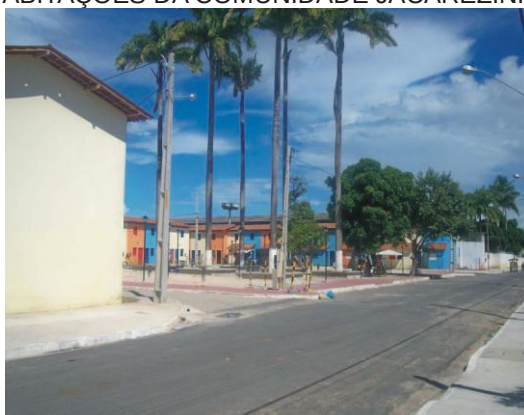


Foto de Roberto Silva de Souza, de 25/05/2008.

UE 21 - CAMPINA DO BARRETO
HABITAÇÕES DA COMUNIDADE JACAREZINHO



Foto de Roberto Silva de Souza, de 11/05/2008.

UE 21 - CAMPINA DO BARRETO
INTERVENÇÕES NO JACAREZINHO



Foto de Roberto Silva de Souza, de 25/05/2008.

Em Olinda, a área de abrangência da intervenção nas comunidades V8, V9 e V10, localizadas na UE 07, no bairro do Varadouro, apresenta um quadro crítico, com infraestrutura precária, concentrando situações de risco e insalubridade. Dentre as ações definidas, estão sendo executadas, segundo o “informativo” de março/2008, as obras do conjunto habitacional e o saneamento das vias existentes e do canal da Malária.

UE 07 - VARADOURO - OLINDA
INTERVENÇÕES NO CANAL DA MALÁRIA



Foto de Roberto Silva de Souza, de 11/06/2008.

UE 07 - VARADOURO - OLINDA
INTERVENÇÕES NO CANAL DA MALÁRIA



Foto de Roberto Silva de Souza, de 17/01/2008.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O agravamento do quadro de degradação ambiental nos últimos anos na bacia do Beberibe indica que as ações implementadas pelos diferentes níveis de atuação do Estado não foram suficientes para a melhoria do quadro sócioambiental da bacia. Nesse contexto, o Prometrópole evidencia um esforço de superação desse quadro adverso, na medida em que aponta para um modelo de Gerenciamento de Bacia Hidrográfica do tipo Sistêmico de integração participativa, visto que contempla os seguintes aspectos: 1. o planejamento estratégico por bacia hidrográfica, a bacia do Beberibe; 2. a instalação de um Comitê da

Bacia, onde a tomada de decisão será realizada através de deliberações multilaterais e descentralizadas, no qual todos os componentes, usuários da água, do Governo e da sociedade civil organizada, poderão expor seus interesses e discuti-los de forma transparente e inequívoca; e, 3. o estabelecimento de instrumentos legais e financeiros específicos para a bacia na forma de programas que visarão, por exemplo, homogeneizar as intervenções em infra-estruturas e serviços públicos promovidas por diferentes setores, criar áreas de proteção ambiental e de lazer etc.

A configuração de tal prática certamente induzirá a pesquisas interdisciplinares que objetivarão a melhoria do quadro sócioambiental da bacia hidrográfica do Beberibe como, também, das demais bacias que integram a RMR.

REFERÊNCIAS

ALVES, Cleide. Prometrópole emperra na burocracia. **Jornal do Commercio**, Recife, 19 nov. 2006, Caderno Cidades, p.3. 2006.

ANDRADE, Manoel Correia de. **Recife: problemática de uma metrópole de região subdesenvolvida**. Recife: Editora Universitária, 1979.

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. **As praias e os dias: história social das praias do Recife e de Olinda**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2007.

CAMPO Grande ganha 916 moradias. **Jornal do Commercio**, Recife, 25 nov. 2005, Caderno Cidades, p.8.

CAMPO Grande terá nova avenida. **Jornal do Commercio**, Recife, 02 mar. 2007, Caderno Cidades, p.3. 2007.

CAMPOS, Hernani Loebler. Processo histórico de gestão na bacia hidrográfica do rio Beberibe (PE): uma retrospectiva, 2003, 234 f. **Tese (Doutorado em Geografia)**. Faculdade de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

CONDEPE/FIDEM. **Prometrópole. Dados gerais do programa**. 2008.

FIDEM. **Bacia do Beberibe: reabilitação urbana e ambiental**. Recife, setembro de 2001.

MELO, Mário Lacerda de. **Metropolização e subdesenvolvimento: o caso do Recife**. Recife: UFPE, 1978.

PCR quer apoio do Estado para o Prometrópole. **Jornal do Commercio**, Recife, 06 jan. 2007, Caderno Cidades, p.6. 2007.

PROGRAMA urbaniza áreas carentes. **Jornal do Commercio**, Recife, 13 set. 2003, Caderno Cidades, p.8. 2003.

PROJETOS do Prometrópole são licitados. **Jornal do Commercio**, Recife, 26 set. 2007, Caderno Cidades, p.1. 2007.

PROMETRÓPOLE urbaniza área próxima ao Beberibe. **Jornal do Commercio**, Recife, 26 abr., Caderno Cidades, p.2. 2003.

PROMETRÓPOLE na UTI. **Jornal do Commercio**, Recife, 29 nov. Opinião, p.10. 2006^a.

PROMETRÓPOLE chega com atraso de 3 anos a Olinda. **Jornal do Commercio**, Recife, 06 dez. Caderno Cidades, p.5. 2006b.
